

Contribuições conceituais sobre juventude e suas relações com o trabalho e a educação

Maria Teresa Canesin*
Elza Guedes Chaves**
Edna M. O. de Queiroz***

Resumo

Este artigo desenvolve a temática “juventude, escola e trabalho”, buscando compreender como os pesquisadores têm tratado as relações entre o “ser jovem”, a dimensão escolar e o mundo do trabalho. Por meio de categorias conceituais desenvolvidas por alguns autores, busca apontar questões que demandam novas investigações, em especial aquelas que permitam elucidar a situação específica dos jovens ante a reestruturação produtiva, ao trabalho informal e ao desemprego, contemplando seus reflexos no campo educacional.

Palavras-chave: juventude, escola, trabalho.

Introdução

Este texto tem o propósito de discutir a temática “juventude, escola e trabalho”¹ e alguns elementos conceituais considerados significativos por estudiosos da área, contemplando questões apontadas como instigantes ao se tratar desse tema: as relações que se estabelecem na vida cotidiana entre o trabalho e a escola, além das contribuições que essas dimensões da vida do jovem oferecem como espaço de sociabilidade e de construção da identidade do “ser jovem” na sociedade contemporânea. Por outro lado, ao abordar essas questões, emerge uma importante demanda de investigação relacionada às alterações no mundo do trabalho provocadas pela reestruturação produtiva, que introduzem no debate novas questões: as “novas” habilidades e competências exigidas para a inserção e permanência do jovem no trabalho, a situação de inserção no mercado informal de trabalho e as formas como o jovem vivencia a situação do desemprego. Evidentemente, essas indagações sinalizam para a necessidade de se elegerem alguns parâmetros conceituais que permitam uma compreensão mais aprofundada da própria juventude.

* Professora do Mestrado em Educação e do Departamento de Educação da UCG; doutora em Filosofia e História da Educação pela PUC-SP. E-mail: canguí@cultura.com.br

** Professora Titular da Evangélica Faculdades Integradas; doutora em Ciências Sociais pela Unicamp. E-mail: elzachaves@hotmail.com

*** Professora do Departamento de Educação da UCG e do curso de Pedagogia da UEG; mestre em Educação pela UCG. E-mail: emoq@zaz.com.br

A constatação das diferentes formas de se viver a juventude, a partir das condições oferecidas pelas sociedades no decorrer do tempo, tem sido o ponto de concordância de muitos pesquisadores (Sposito, 1997; Abramo, 1997; Dayrell, 1999, dentre outros). No entanto, a configuração do que se pode chamar de juventude parece ter em comum, nos vários estudos, a percepção de fase etária. Considera-se a juventude um ciclo de vida, sendo possível delimitá-la, de certo modo e com variações, como o período entre 15 e 24 anos. Essa delimitação, no Brasil, pode resultar da contingência de seu uso por órgãos oficiais de pesquisa, referência de importantes dados quantitativos que servem de base para as demais investigações. O que se observa é que as pesquisas que buscam a caracterização de juventude acabam por considerá-la, também, limitada a esses períodos, apesar das críticas teóricas formuladas aos limites etários. As críticas decorrentes das abordagens sobre a juventude que se sedimentam na sua compreensão como um grupo etário com base nos ciclos de vida, visualizando-a simplesmente como uma categoria geracional, afirmam que essa postura implica um certo reducionismo de análise.

Ao discutir o conflito entre as gerações, Bourdieu (1983) ressalta que a classificação da juventude por idade é limitante, produzindo uma noção de ordem ou de relação social estruturada com base em lugares predeterminados às pessoas. Para o autor, essa relação apenas toma existência concreta quando um elemento está em relação ao outro, em um movimento de oposição – ela é construída na contraposição entre os jovens e os velhos. Bourdieu (1983, p. 113) ressalta, ainda, que “falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente”. O autor alerta que para não se tomarem realidades diversas no mesmo conceito é importante analisar as diferenças entre as juventudes.

Compreendida como uma fase da vida, a juventude significa um momento etário mais ou menos definido, que implica, portanto, certa transitoriedade. Nesse sentido, agrega alguns atributos próprios, modos de agir, de pensar e de entender o mundo que evidenciam as condições históricas e culturais constituintes da forma de ser jovem na sociedade. Para o seu estudo, revela-se de importância o processo de elaboração dos seus valores, das suas opiniões, da sua forma de se relacionar, de expressar sua afetividade, seus conflitos e expectativas. Mais importante ainda é a consideração do jovem como sujeito que vivencia as contradições da realidade social e as interpreta, o que permite a compreensão dos

processos peculiares à juventude com base em suas experiências de vida e em suas próprias percepções. Não tem sido essa a postura da maioria dos pesquisadores que se interessam por essa temática (Abramo, 1997).

A juventude e as abordagens de diferentes autores

Em estudos produzidos ao longo do tempo, autores de abordagens teóricas diferentes discutem a problemática da juventude procurando apreendê-la com base em elementos descritores que envolvem faixa etária, papel desempenhado, função inovadora ou conservadora, conflitos psicossociais etc. e destacando a complexidade que permeia a constituição do “ser jovem”, em momentos históricos diversos.

Erikson (1976) estudou as relações entre juventude e identidade. Salientando a fase da juventude como um período crucial de crescente vulnerabilidade, ele concebe o desenvolvimento humano com base em estágios sucessivos e crescentes de autonomia que culminam com a identidade como resultado da socialização. Suas análises psicanalíticas, fundamentadas no significado histórico dos sintomas com base na experiência social, buscam resgatar a importância das identificações iniciadas na infância e cristalizadas sucessivamente para a constituição da identidade, na perspectiva de que o jovem seja reconhecido na sua comunidade. Esse reconhecimento ocorre ao mesmo tempo em que a sociedade orienta a constituição de uma ordem hierárquica dos papéis, representados por indivíduos de diferentes idades. Assim, a identidade do jovem abrange as identificações significativas acumuladas, que se reorganizam no processo de superação da “crise da juventude”, momento em que o jovem se descobre vinculado à sua própria infância, em um processo histórico que lhe é próprio.

... nos últimos anos de escolaridade, os jovens, assediados pela revolução fisiológica de sua maturação genital e a incerteza dos papéis adultos à sua frente, parecem muito preocupados com as tentativas mais ou menos excêntricas de estabelecimento de uma subcultura adolescente e com o que parece ser mais uma fase final do que uma transitória ou, de fato, inicial formação de identidade. (Erikson, 1976, p. 128-129)

Erikson (1976) oferece uma significativa contribuição, uma vez que expandiu as elaborações teóricas freudianas, da família nuclear para a organização social mais próxima, superando a idéia de fenômeno intrapsíquico. Compreendendo que a individualidade não pode ser desenvolvida de forma isolada das relações entre os homens, propõe o seu

entendimento com base em uma complexa interação, dotando a realidade psíquica com uma natureza social (Poster, 1979).

Eisenstadt (1976), que pesquisou grupos etários em diferentes sociedades, parte do princípio de que a sociedade moderna é regulada em moldes universalistas, implicando critérios de distribuição de papéis. Relaciona as atitudes jovens aprendidas na disposição dos papéis sociais dos diversos graus etários durante a socialização e através dos “agentes socializantes” com o exercício da autoridade. Eisenstadt destaca as relações afetivas familiares, que se caracterizam por acentuada interdependência emocional, para argumentar sobre o processo de internalização e identificação da imagem dos pais como processo de formação da identidade do jovem. Alerta, no entanto, que a família recebeu a contribuição da escola para assegurar a transmissão do conhecimento e do desempenho dos papéis. A escola constitui-se no primeiro estágio de transição da vida familiar para a sociedade, representando o período de preparação para a idade adulta.

Mannheim (1968) compreende a juventude como pertencente aos recursos latentes da sociedade e afirma que a vantagem disso reside no fato de que não se acha, ainda, completamente envolvida na ordem social, constituindo uma potencialidade para uma possível transformação em face do conflito de valores antagônicos que naturalmente existe. Considera esse fato universal. Mannheim assinala como um dos marcos significativos o deslocamento da energia psíquica dos objetivos familiares – como dinâmica afetiva construída a partir das relações filiais, expressas em forma de “sentimentos de admiração e lealdade” – para os objetivos sociais de maior amplitude.

No Brasil, a juventude ganha visibilidade na década de 1960, pelo engajamento político de jovens da classe média, do ensino secundário e universitário, na oposição ao regime autoritário e às manifestações culturais questionadoras dos padrões sexuais e morais conservadores (Abramo, 1997). Como representante dos estudiosos das décadas de 1960 e 1970, Foracchi (1972, p. 11) buscou articular o tema em uma unidade teórica que pudesse fundamentar os estudos sociológicos, com base no pressuposto de que

a juventude representa a categoria social sobre a qual inflige, de modo particular, a crise do sistema. [...] A visão da sociedade, desenvolvida pelo jovem, retém e elabora esse processo de tensão que o atinge, na medida em que permeia o sistema como um todo. Ultrapassada a etapa do conflito de gerações, que marca a primeira crise da adolescência e encaminha a busca da identidade, o jovem define, em termos também críticos, a crise da sociedade.

Fundamentando suas análises no conflito subjacente à crise social que denuncia a tensão presente no comportamento de ruptura, discute o tema da contestação como forma de uma recusa em aceitar o modo de vida do adulto, estabelecido institucionalmente. O movimento de juventude pretendeu, então, negar sua vinculação ao sistema através de uma prática diferenciada, procurando implementar um estilo de vida próprio. Como estudante, o jovem buscava, por meio dos movimentos estudantis, expressar a rejeição à condição determinada pela sociedade e provocar a transformação que poderia dar resposta às contradições sociais que vivenciava.

Nos anos 80, a imagem de uma geração idealista criada pelos jovens dos anos 60 transformou-se, emergindo, então, na produção sobre o tema, uma juventude “oposta à da geração dos anos 60: individualista, consumista, conservadora e indiferente aos assuntos públicos, apática” (Abramo, 1997, p. 31), enfim, descompromissada com os processos políticos. A problemática dessa juventude relaciona-se às dificuldades de opor-se ou oferecer alternativas à realidade social, o que vem caracterizá-la pelo pragmatismo e pela aceitação do conservadorismo moral que impregna as relações sociais. Nos anos 90, Abramo (1997, p. 32) salienta que

já não são mais a apatia e desmobilização que chamam a atenção; pelo contrário, é a presença de inúmeras figuras juvenis nas ruas, envolvidas em diversos tipos de ações individuais e coletivas. No entanto, a maior parte dessas ações continua sendo relacionada aos traços do individualismo, da fragmentação e agora mais do que nunca, à violência, ao desregramento e desvio (meninos de rua, os arrastões, o *surf* ferroviário, as gangues, as galeras, os atos de puro vandalismo).

A problemática de desvio social do jovem, considerada anteriormente à década de 1960, parece ter sido retomada, e se intensificam as discussões acerca da violência, da criminalidade e do envolvimento com drogas. Nesse contexto, os jovens são vistos como impossibilitados de implementar mudanças sociais e, como salienta Abramo (1997, p. 32),

nessa formulação, como encarnação de impossibilidades, eles nunca podem ser vistos, e ouvidos e entendidos, como sujeitos que apresentam suas próprias questões, para além dos medos e esperanças dos outros. Permanecem, assim, na verdade, semi-invisíveis, apesar da sempre crescente visibilidade que a juventude tem alcançado na nossa sociedade, principalmente no interior dos meios de comunicação.

Os recentes estudos sobre jovens, mundo do trabalho e escola

Apesar de a tematização dos estudos sobre a juventude não se desprender do contexto histórico-social, como se pode observar, a concepção naturalizante da juventude é contemplada em grande parte da produção acadêmica no campo da educação, como observa Sposito (2000) em estudo recente do estado do conhecimento sobre a temática denominado Juventude e Escolarização. Esse estudo se constitui em um primeiro balanço sinalizador da forma como o tema tem sido tratado e investigado por pesquisadores de várias instituições no Brasil. Sposito (2000) salienta que a dispersão e a variação dos temas são a causa dos poucos resultados alcançados na área, e a produção caracteriza-se pela descontinuidade no trato dos assuntos, existindo uma lacuna nas Ciências Sociais, no Brasil, sobre a educação e a juventude.

Desdobrando a temática Juventude e Escolarização, o subtema Jovens, mundo do trabalho e escola, analisado por Corrochano e Nakano (2000, p. 128), indica que as teses e dissertações produzidas apresentam em comum o interesse em investigar “as relações do jovem estudante do ensino fundamental e médio com o mundo do trabalho”. Tomando como ponto de partida os jovens, os trabalhos se abrem para o tema da escola na interação com o trabalho. Assinalam a importância das pesquisas sobre as relações entre trabalho e educação e constataam a consolidação de um grupo de pesquisadores solidamente formado. Estudos que se constituíram em balanços dessa produção foram realizados por Kuenzer (1987); Frigotto et al. (1987); Arroyo (1991) e Trein (1996).

O campo de pesquisa que privilegia a relação trabalho e educação ressurgiu no Brasil ao final dos anos 60, mediante a exigência de maior participação política e econômica da maioria da população, e se intensificou no início da década de 1980, sobretudo com a aprovação e promulgação da Lei 5692/1971, que tornou obrigatória a profissionalização no ensino médio. A produção do período tendeu a estabelecer os parâmetros por meio dos quais as orientações para a profissionalização poderiam ser criticadas, sendo alvo fundamental a Teoria do Capital Humano.

Em meados dos anos 80 observa-se uma significativa alteração no âmbito dos estudos sobre as conexões entre escola e trabalho. Nesse período emerge a idéia da educação politécnica e do trabalho como princípio educativo. Artigos e estudos produzidos apontam os limites e as virtualidades dessas orientações como proposta de organização do sistema de ensino, bem como as ambigüidades presentes em algumas de suas formulações.

A diversidade de concepção em torno da categoria “trabalho” como princípio educativo e as críticas a uma adoção aistórica e ingênua dessas formulações são estabelecidas já no final dos anos 80 e podem ser encontradas em Franco (1990) e Kuenzer (1988).

Arroyo, no início dos anos 90, estabeleceu um olhar questionador em torno das idéias sobre o trabalho como princípio educativo. Segundo ele, “no vínculo entre trabalho e educação estariam minimizados os processos de valorização e acumulação do capital, reduzindo a explicação dos mecanismos que orientam a organização do trabalho apenas à expropriação do saber e à hegemonia cultural” (Corrochano e Nakano, 2000, p. 131). Suas observações contribuíram para apontar novos caminhos para a pesquisa, ao indicar a necessidade de se pesquisar como vêm sendo educados o trabalhador concreto, os sujeitos históricos, os educadores dos processos de produção.

Os anos 90 trouxeram novas questões para o debate e a pesquisa acerca das relações entre trabalho e educação, por meio dos temas das inovações tecnológicas e das novas competências a ser adquiridas pelos trabalhadores de modo a enfrentarem essa nova situação ou se adaptarem a ela. O tema das novas tecnologias exigiu a rediscussão dos nexos entre escola e mundo do trabalho perante essas alterações e seu impacto na qualificação dos trabalhadores. Segundo Kuenzer, apud Corrochano e Nakano (2000, p. 131),

... a reestruturação produtiva tem sido tomada de forma genérica, sem que se considere sua materialidade nessa etapa de desenvolvimento das forças produtivas no Brasil; este discurso homogeneizante acaba por desconsiderar as profundas diferenças regionais, a contradição entre inclusão e exclusão, as territorialidades nos setores da economia, entre empresas líderes e terceirizadas, entre fabricantes e montadoras e assim por diante.

Ao lado da influência provocada pela reestruturação produtiva na definição de novas linhas de pesquisa, parte da produção foi influenciada pelas mudanças observadas no próprio sistema educacional. Autores como Franco e Durigan (1984), Kuenzer (1986) e Mafra (1992) apontaram, ainda na década de 1980, uma maior presença das famílias de baixa renda no segundo grau. Conforme Franco, apud Corrochano e Nakano (2000, p. 132), “em centros urbanos como São Paulo, da totalidade de alunos matriculados no ensino de 2º grau, 60% freqüentam a escola no período noturno e dentre esses 84% estudam e trabalham”.

Influenciadas pela percepção desses processos, as investigações sobre as condições dos alunos para além do espaço escolar passaram a considerar as relações entre o mundo

do trabalho e da escola, sobretudo as vivenciadas pelos jovens alunos do ensino médio. As pesquisas que incorporaram essa temática assinalaram a presença do aluno trabalhador na escola, principalmente a pública (Mafra, 1992). Não foram encontrados estudos que investigassem o desemprego juvenil ainda que suas taxas tenham sido altas nas décadas de 1980 e 1990. Como afirma Pochmann (1999), o desemprego juvenil apresentou um índice entre 4% e 8% da população economicamente ativa (PEA) na década de 1980 e mostra uma tendência de elevação sistemática nos anos 90, pois passa do patamar dos 5% em 1989 para próximo de 14% da PEA juvenil em 1997.

As pesquisas analisadas por Corrochano e Nakano (2000) tomaram o trabalho industrial como modelo, o que permite a essas autoras afirmar que a escola foi pensada como uma instituição freqüentada sobretudo por operários, não tendo sido feitas análises enraizadas nos vários setores econômicos que constituem o mundo do trabalho do jovem na sociedade brasileira.

As autoras afirmam que, nesse balanço, poucas são as pesquisas que investigam o sujeito na dinâmica das determinações estruturais, nas suas formas de socialização e nas dimensões da subjetividade, das práticas, das orientações e dos valores. Informam ainda que alguns trabalhos omitem dados elementares como a faixa etária dos sujeitos investigados (a não ser a referência às condições de que são adolescentes, jovens), o sexo, a etnia. Na maioria dos casos, a única informação revelada é a do pertencimento dos sujeitos a uma determinada classe social, fundamentalmente à classe trabalhadora, pensada de modo genérico e, às vezes, abstrato.

Visando uma sistematização dos trabalhos, a análise das obras, realizada pelas autoras, foi organizada com base em cinco subtemas: a) o trabalhador-estudante e o curso noturno; b) juventude, escola e profissionalização; c) escolha profissional; d) os jovens e os significados atribuídos ao trabalho e à escola; e) o mundo do trabalho e os jovens. O último subtema contempla, diferentemente dos demais, que têm como foco a instituição escolar, o mundo do trabalho como espaço privilegiado para a realização das investigações, tendo o próprio universo de trabalho como critério para análise. Apresenta como problemática a diversidade do trabalho juvenil, as mudanças do mundo do trabalho e as formas de viver dos jovens. Conforme as autoras, nesse conjunto de dissertações é predominante a vertente marxista, com base no uso de textos de Gramsci. Para estabelecer a relação entre trabalho e educação, uma parte das dissertações utiliza-se de estudos já clássicos de Salm (1980),

Frigotto (1984), Saviani (1989), Harvey (1994), Ianni (1994) e sua relação com a educação (Ferretti, 1994; Frigotto, 1991).

Metodologicamente os estudos lançam mão de pesquisas de caráter qualitativo. O mundo do trabalho ganha centralidade, principalmente a partir dos anos 90, o que não significa o abandono das questões referentes à escola. Assim como as pesquisas não têm se dedicado a desvendar a problemática do desemprego, também não contemplam as situações de trabalho informal, precário – ainda que os jovens as estejam vivenciando intensamente –, concentrando suas atenções no âmbito do mercado formal de trabalho. Questões relativas ao mercado de trabalho em sua relação com os jovens praticamente não são examinadas.

Conforme Corrochano e Nakano (2000), mesmo com as lacunas apontadas, o conjunto dessas pesquisas revela, de modo geral, a existência de um ensino fundamental ou médio, na modalidade profissionalizante ou não, inadequado ao jovem trabalhador. Dentre as razões básicas verificadas está a incompatibilidade entre trabalho e escola. Tais estudos evidenciam, ainda, um descompasso entre as inúmeras aspirações dos alunos quanto à questão profissional e as escassas competências oferecidas pelo sistema educativo. Por outro lado, nos momentos em que a escola é referenciada como espaço sociocultural, ou a partir do ponto de vista dos sujeitos, revela-se mais rica e complexa, pois aparece como local de desenvolvimento de relações afetivas, de amizade, de socialização, de construção de identidade, questões que nem sempre têm o trabalho como eixo estruturante.

O balanço da produção permite dizer que se configurou nas pesquisas uma ação importante de denúncia sobre a inadequação dos cursos noturnos para estudantes-trabalhadores e, em última instância, da própria política educacional brasileira, colocando em evidência que apenas a democratização do acesso não é suficiente. É necessário atentar para as questões da qualidade de ensino, levando em conta a articulação entre trabalho e educação para jovens. Teoricamente, de modo geral as análises sobre a escola foram ancoradas em referenciais marxistas. Quando tais pesquisas procuram evidenciar a necessidade de busca de um novo modelo voltado para os jovens que precisam trabalhar para prosseguir seus estudos, aparece, no final dos anos 80 e início da década de 1990, uma apropriação bastante positivista do marxismo na defesa do princípio educativo do trabalho e da educação politécnica. Nos anos 80 é clara a referência à Lei 5692/1971, que determinava a orientação profissional como tarefa da escola, da família e da comunidade.

As investigações realizam uma crítica à lei e enfatizam que os alunos tinham poucas opções de cursos. As referências teóricas são buscadas na Psicologia.

Corrochano e Nakano (2000, p. 270) concluem que “ao que tudo indica, diante do teor repetitivo da produção discente, parece estar configurado um certo padrão de esgotamento desse tipo de investigação que se limita a permanecer na retratação da inadequação da escola para os jovens trabalhadores”.

As pesquisadoras apontam ainda algumas inflexões. Ao longo das décadas de 1980 e 1990, houve uma diversificação do quadro teórico e um movimento simultâneo de busca de categorias analíticas capazes de articular o material empírico com as novas orientações teóricas dos autores.

Um dos aspectos interessantes foi a tentativa de alargar a compreensão do aluno que trabalha, mediante a incorporação da categoria juventude. Trata-se menos de uma atitude de colher opiniões de alunos, mas, principalmente, de construção teórico-metodológica de um projeto de pesquisa: o jovem e sua interação com o mundo do trabalho e da escola. (Corrochano e Nakano, 2000, p. 171)

Informam que surgem novos problemas ligados aos efeitos das mudanças tecnológicas sobre os jovens e sua busca de qualificação ou até mesmo sobre o sentido do trabalho na construção de sua identidade. O trabalho como local de ação, de vivência, de experiência, de aprendizagem dos jovens passa a ser pesquisado mais intensamente.

Desse balanço, pode-se afirmar que todos os estudos estão discutindo jovens trabalhadores, mas pouco se sabe sobre o mundo do trabalho e o lugar ocupado por esses sujeitos em tal espaço, seja de poder, seja de configuração da própria gestão e da organização dos processos produtivos. Questões relativas ao mercado de trabalho e ao desemprego dos jovens são pouco compreendidas em função da ausência de estudos sobre o desemprego e o trabalho informal, da mesma forma que não se sabe como pensam, agem e sentem os jovens desempregados, fenômeno que passou a chamar maior atenção na década de 1990.

A questão metodológica é apontada por Corrochano e Nakano (2000) como um dos limites dos caminhos trilhados. Consideram que nas décadas de 1980 e 1990 houve, sob o ponto de vista metodológico, o predomínio das pesquisas qualitativas, nas modalidades de estudo de caso e estudo exploratório. Trabalharam-se dados quantitativos originados de questionários e entrevistas tomando-se os alunos como informantes. Segundo as autoras a

reiteração das conclusões nos diferentes trabalhos estão a indicar a necessidade de estudos quantitativos mais abrangentes, que permitam desvendar novas hipóteses a serem aprofundadas nas pesquisas qualitativas.

Pela fala dos alunos revela-se ainda que a escola é apropriada como espaço de construção de relações afetivas, de amizade, enfim, de socialização e de construção de identidades. Os estudos analisados recorrem ao jovem para evidenciar suas representações sobre a escola e o trabalho, para avaliar a escola, para dizer de suas necessidades em relação à formação. Poucos são os que recorrem a ferramentas analíticas que interroguem o jovem para além de um conjunto de opiniões e examinem suas orientações e práticas.

Além de tomar a juventude como uma categoria social com peculiaridades que merecem ser investigadas, o cruzamento desta com questões específicas do trabalho – tais como: o lugar ocupado pelos jovens na estrutura de uma empresa, as novas questões a serem enfrentadas por eles em função das novas tecnologias e das novas formas de organização da produção e de gestão, os efeitos, as experiências e as ações desencadeadas pelos setores juvenis em situações de desemprego e de trabalho informal – talvez possa não só desvendar o mundo do trabalho como trazer elementos para a reformulação da escola, uma vez que a identificação de sua inadequação já foi exaustivamente feita. Desnuda-se a necessidade de um diálogo mais estrito entre a sociologia do trabalho e a economia.

O mundo do trabalho e a juventude hoje

As transformações em curso no mundo da produção, nos moldes da reestruturação produtiva e das novas formas de gestão e organização do trabalho requerem uma discussão mais aprofundada sobre os seus efeitos. A necessidade imperiosa da flexibilidade dos processos produtivos, nesse contexto, transcende a produção material, tornando-se mesmo constitutiva da subjetividade² do trabalhador – impondo que ele próprio seja flexível, que saiba lidar com uma variedade de funções, integrar-se a diferentes formas de interação e mobilização no trabalho.

Nesse contexto, o rol de qualidades que deve caracterizar o trabalhador fundamenta-se nas competências relacionadas ao ato de pensar, ao exercício da inteligência, enfim, às capacidades cognitivas e inter-relacionais expressas pela habilidade para interpretar, organizar e analisar problemas; à capacidade de manipulações simbólicas e de execução de funções abstratas; à capacidade de comunicação escrita e verbal e de participação em

trabalho em equipe. Atributos como visão de conjunto, aglutinação, negociação, raciocínio lógico, atenção, criatividade, imaginação, auto-estima, espírito de colaboração, dentre outros, são indispensáveis para compor o perfil requerido dos que devem se submeter às mudanças implementadas no campo do trabalho (Romero, 1993).

Em sua forma cada vez mais avançada, a racionalidade econômica acaba, portanto, expropriando os sujeitos e orientando-os para se modelarem, conforme os modelos dominantes, subsumindo-os no mundo da produção. Cada vez mais a subsunção do sujeito exige a diluição do indivíduo, ainda que o processo de fragmentação vivenciado no cotidiano favoreça a exacerbação do individualismo. Nesse contexto contraditório, a indiferença pela individualidade decorre da supressão de formas de trabalho determinadas, processo que elimina as diferenças qualitativas dos indivíduos (Adorno e Horkheimer, 1985). Esse processo, que decorre das relações objetivas do mundo do trabalho, consubstancia-se em uma subjetividade própria, singular e ao mesmo tempo coletiva, que acaba por orientar formas de ser e agir do trabalhador nas diversas esferas da vida social.

Diante das considerações apresentadas, as questões relativas ao jovem no mundo do trabalho condicionado pela reestruturação produtiva assumem relevância. Como resposta a essa demanda, Martins (1997) vem discutir a relação do jovem com o trabalho, utilizando como referência dados quantitativos, entrevistas com trabalhadores participantes de movimentos sindicais de metalúrgicas e montadoras de São Paulo, além de estudos e pesquisas sobre a inserção e a situação do jovem no mercado de trabalho.

As inovações tecnológicas e dos novos processos de produção promoveram mudanças nas condições de trabalho, tornando-as ainda mais adversas, o que resultou em índices crescentes de desemprego, desvalorização do trabalho assalariado, estratégias coercitivas de gestão do empregador, precarização do trabalho e superexploração. Partindo dessas consequências, Martins (1997) assinala, em especial, a situação extremamente desfavorável do jovem nesse contexto. Destaca especificamente os aspectos que se referem à sua inserção e permanência no trabalho e aos diferentes significados que constrói em relação ao mesmo, considerando a diversidade própria da categoria juventude.

Segundo demonstra, o enxugamento do processo de produção em relação à economia de material e de mão-de-obra, a racionalização extrema do processo e a manutenção de estoques mínimos implicam a chamada “flexibilização” do processo de trabalho e, em consequência, também do trabalhador, que não mais pode fixar-se apenas na

linha de produção. Espera-se que não seja um executor apenas, mas um “participante” das decisões da empresa, que contribua com idéias para o aumento da produtividade. Coloca-se para o jovem trabalhador o desafio da sua preparação para as novas condições de trabalho.

Os dados quantitativos das décadas de 1980 e 1990 (Dieese) confirmam o crescimento da produtividade e a redução dos postos de trabalho nas montadoras de carros e no setor de autopeças no Brasil. Ao mesmo tempo em que se observa uma drástica redução no contingente de trabalhadores do setor industrial, os setores de comércio e serviços apresentam um crescimento acentuado, não conseguindo, no entanto, absorver o quadro de trabalhadores desempregados.

Constata-se a desvalorização do trabalho assalariado, em decorrência do crescimento vertiginoso do trabalho autônomo, que, em grande parte, se caracteriza pela precariedade, pela ausência de vínculo empregatício e pela insegurança. O pequeno crescimento na taxa de emprego revela que o aumento do emprego com carteira assinada foi mínimo (3,5%), se comparado com o do emprego sem carteira assinada (72,7%) no mesmo período, comprovando a perda da qualidade do emprego.

Aqueles trabalhadores que aparentemente estariam protegidos pelo contrato de trabalho, segundo Martins (1997), vivem, também, relações de trabalho permeadas pela insegurança, precariedade, superexploração generalizada e acentuação das desigualdades. Essa situação decorre da submissão a que se vê forçado o trabalhador às condições colocadas pela empresa, como baixos salários, realização excessiva de horas extras, agravadas pela necessidade de “vestir a camisa” da empresa e de “mostrar serviço”.

Diante desse quadro, Martins (1997) revela que, se a situação apresenta-se difícil para uma grande parcela dos trabalhadores, para os jovens – que se constituem em uma parte significativa desse conjunto – ela ganha certa dramaticidade. Alguns fatores dificultam a inserção dos jovens no mercado de trabalho, bem como as perspectivas de futuro profissional. Dentre eles, podem-se citar: a) a diminuição das oportunidades de empregos para jovens, especialmente em decorrência do emprego de processos tecnológicos mais avançados de produção; b) a mobilidade ocupacional do jovem, que transita por várias situações de trabalho (aprendizagem, trabalho precário, temporário, em tempo parcial etc.); c) a precarização do trabalho juvenil, que determina ao jovem o trabalho secundário, nos setores periféricos da economia, seja pela sua frágil formação ou

pela sua preferência por trabalho intermitente que lhe exija menor compromisso, antes de buscar estabilidade e maior responsabilidade.

Com relação a esse último aspecto, observa-se a ampliação do período de indeterminação antes da inserção profissional – interregno entre a escola e o emprego –, visto como um prolongamento da juventude. Martins (1997, p. 100) refere-se à “marginalização objetiva” argumentando que a “experiência de trabalho e de vida do jovem, especialmente da juventude operária, com a imagem de seus pais, de suas condições insatisfatórias de trabalho, fazem com que os jovens elaborem negativamente a sua identidade com o emprego e o trabalho”. A “desvalorização do trabalho” por parte dos jovens e a sua resistência em assumir a ética do trabalho devem ser compreendidas considerando-se a diversidade que a categoria juventude encobre. Assim, é importante se distinguir o trabalho temporário/intermitente como parte de um “plano de carreira” e como possibilidade de sobrevivência para os jovens menos qualificados.

Martins (1997) discute a inserção dos jovens no trabalho destacando as condições desfavoráveis em que ocorre e a tendência da subutilização da mão-de-obra do jovem com pouca ou nenhuma qualificação. A subutilização da força de trabalho é discutida com base em depoimentos de operários de montadoras e em informações de pesquisas realizadas em empresas automobilísticas e indústrias da região metropolitana de São Paulo, que mostram a utilização de jovens com “alguma qualificação, ou com grau maior de escolaridade, [...] trabalhando na linha de produção, muitos realizando atividades aquém da sua capacidade e com dificuldades de ascensão profissional” (Martins, 1997, p. 102). A chamada polivalência ou multifunção no processo de trabalho, que exige que o trabalhador assuma vários postos, configura uma mobilidade há alguns anos impensada no trabalho. Esse processo não resultou, no entanto, em salários mais altos, necessitando o trabalhador, constantemente, ampliar sua formação para manter-se no mesmo lugar.

Partindo das análises sociológicas que ressaltam a relação instrumental dos jovens com o trabalho, a autora destaca que compreender como se formam e são transmitidos os valores referentes ao trabalho na sociedade brasileira implica considerar o trabalho como um valor cultural e simbólico. Estudos realizados na área Ferreti e Madeira, 1992; Gouveia, 1981; Zaluar, 1985; Dauster, 1992) discutem sobre os motivos da inserção precoce de crianças e adolescentes no trabalho, mostrando que a habitual correlação entre

pobreza e trabalho, presente nos estudos sociológicos, não consegue explicar de forma suficiente essa realidade.

Nessa perspectiva, a idéia de valorização do trabalho decorrente das condições econômicas da família perde força, configurando-se mais como uma forma cultural de educação familiar das crianças das classes populares. O sentido de retribuição aos pais está também presente nessa relação das crianças e jovens pobres com a atividade de trabalho. Desde muito cedo em suas vidas sentem-se constrangidos a essa norma e a consideram natural e legítima. Para os pais, está presente o sentido de proteção dos filhos dos riscos da marginalidade, do banditismo, do tóxico, dentre outros, que representam os perigos que devem ser afastados pelo valor do trabalho (Zaluar, 1985).

A preferência das empresas por jovens de maior escolaridade, na expectativa de que sejam capazes de aquisição contínua de novos conhecimentos e qualificações, evidencia o tipo de relações existentes entre educação e trabalho. Fundamentando-se em pesquisas, como a do Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada (Ipea), que toma por base dados do Dieese/Seade entre 1998 e 1995, e em pesquisa própria realizada entre os jovens trabalhadores metalúrgicos de Osasco, Martins (1997) confirma a tendência de que em todos os setores da economia a inserção profissional seja daqueles com grau de instrução maior. A visão economicista de educação acaba por prevalecer nessas análises, conferindo à educação um poder transformador da sociedade, capaz de alçar a novos patamares econômicos pelo processo de trabalho.

O desafio que se coloca para os educadores em face da reestruturação produtiva e das novas formas de gestão e organização do trabalho refere-se à formação mais pluralista e com maior capacitação para apreensão de linguagens, com ênfase na criatividade, na participação, na solidariedade etc. Essa formação se difere da escola de modelo profissionalizante de décadas anteriores (Ferreti e Madeira, 1997). Novas habilidades pessoais e intelectuais são exigidas, e uma formação polivalente, reivindicada há tempos pelos educadores, passa a ser também uma necessidade do capital.

Martins (1997) assinala, ainda, a escassez de pesquisas sobre as condições de trabalho dos jovens, sobre o significado do trabalho para eles e sobre como se situam diante das condições de trabalho e das exigências que lhes são colocadas, especificamente em relação aos jovens entre os 18 e 25 anos, apontando para a necessidade de estudos nesse campo.

Discutindo mais diretamente as condições econômicas da juventude brasileira perante o trabalho, em especial no que se refere ao primeiro emprego, Pochmann (2000) apresenta dados significativos sobre a vida do jovem brasileiro. Ressalta as condições de mobilidade social e as expectativas coletivas positivas vivenciadas pelos jovens da década de 1980, diferentemente das duas últimas décadas, nas quais as modificações foram rápidas e intensas, provocando um ceticismo entre a juventude. Duas razões para esse ceticismo se destacam: o aumento da desigualdade econômica, acentuando ainda mais o distanciamento entre ricos e pobres, e os rumos da economia nacional, que vem desfavorecendo a juventude em geral, em especial no que se refere ao desemprego crescente. A inserção do jovem no mundo do trabalho em idade precoce e de forma precária apresenta-se como uma das preocupações do autor, que considera o primeiro emprego como a base para uma vida profissional satisfatória. “Quanto melhores as condições de acesso ao primeiro emprego, proporcionalmente mais favorável deve ser a sua evolução profissional”, afirma Pochmann (2000, p. 9).

Definir juventude, nos dias de hoje, segundo Pochmann (2000), se tornou uma questão complexa; isso porque, tomando-se a compreensão de juventude como ciclo de vida com base em uma faixa etária definida, ao correlacioná-la com o tempo médio de vida e verificar-se que a expectativa de vida aumentou consideravelmente, essa mudança certamente refletirá sobre o período considerado jovem, devendo também ele se ampliar. Do mesmo modo, tomando-se a juventude com base na fase de preparação associada à educação escolar, essa idéia perde consistência ao reconhecermos que a educação tem se tornado um elemento necessário e presente durante toda a vida do indivíduo, não se vinculando ao período estritamente jovem. Por outro lado, mais do que simplesmente considerar o indivíduo jovem por residir na casa dos pais, configurando uma dependência econômica, pode-se entender a juventude como a adoção de modos de ser próprios, expressos na forma de agir e de se relacionar. Assim, Pochmann (2000, p. 10) diz que “a juventude é menos uma etapa de preparação e muito mais a personificação de atitudes individuais e sociais que configuram um estilo de vida e de pensar, até mesmo abaixo dos quinze anos”.

Apontando essas limitações conceituais, o autor define a faixa etária de 15 a 24 anos para o entendimento de juventude que utiliza no seu estudo, enfatizando a relevância de se considerar a nova fase de transição juvenil em curso, por conta das dificuldades em

forma de desafios intransponíveis para a maioria dos jovens em nível mundial. Os obstáculos decorrentes dos processos econômicos, sociais e culturais, que provocam rupturas e pressões sobre a juventude, submetem-na à impossibilidade de delineamento de projetos futuros.

As informações apresentadas por Pochmann (2000) revelam que o quantitativo da população jovem de 15 a 24 anos constitui cerca de 20% da população mundial, sendo que em dez países concentram-se mais de 50% deste total. O Brasil possui uma juventude que representa pouco menos de um quinto da população, sendo o quinto país em quantitativo de jovens em nível mundial. Esse índice tem se reduzido gradativamente desde o final da década de 1960. A expectativa de uma redução relativa da população jovem brasileira, com base em taxas negativas de variação, prevê que em 2020 essa população registre o quantitativo existente em 1990, cerca de 27,5 milhões de pessoas com idade entre 15 e 24 anos, após um aumento máximo que se deve registrar na primeira década de 2000.

Na caracterização desse segmento populacional, tem-se que cerca de 80% concentram-se nas cidades, e a maioria é do sexo feminino. O crescimento da população jovem tem ocorrido de forma a demonstrar a expansão dos jovens de cor negra e parda.

Aspectos importantes a serem considerados, segundo Pochmann (2000), referem-se à acentuada participação dos jovens no movimento migratório nacional, particularmente dos originários das regiões Norte e Nordeste. Deve-se, ainda, atentar para o aumento da mortalidade de jovens nos últimos dez anos, em sua maioria associado à violência, à Aids, ao homicídio, ao suicídio e aos acidentes de trânsito. O autor destaca, também, outros tipos de violência que vitimam os jovens brasileiros, como o trabalho do menor, a prostituição infantil, o narcotráfico, o crime organizado e o analfabetismo.

Em relação à distribuição regional, as regiões Nordeste e Sudeste concentram 73% da população jovem brasileira, e são as regiões Sudeste e Sul as que apresentam os menores índices de participação da juventude em relação à população em idade ativa, o que, para Pochmann (2000), parece refletir a postergação da entrada do jovem no mercado de trabalho e a valorização da inatividade nessas regiões.

As regiões Sul e Centro-Oeste registram o maior índice de jovens na situação de chefe ou cônjuge de família, sendo que 24% dos jovens da região Centro-Oeste estão nessa condição. Na região Sudeste este índice cai para 15%, contrapondo a acentuada taxa de mais de 73%, a mais alta do País, de jovens de 15 a 24 anos, na condição de filhos.

O tempo livre, considerado como a jornada não utilizada no trabalho e destinado à educação, à cultura e ao lazer, tem se tornado cada vez mais mercantilizado. Assim, embora se verifique que o tempo livre esteja se ampliando, isso não significa o seu aproveitamento por todos, sendo apenas uma minoria que possui condições de usufruí-lo. Matematicamente, considerando-se o aumento da expectativa média de vida do brasileiro – de 40 anos, em 1900, para aproximadamente 70 anos, em 2000 –, as três décadas obtidas permitem ao jovem de 15 a 24 anos maior tempo livre, que, no entanto, dependerá das condições de financiamento para seu uso, o que exclui grande parte desse segmento.

Pochmann (2000) destaca que a desvalorização do trabalho na sociedade brasileira tem suas raízes na herança escravista, sendo caracterizada por altas jornadas, baixos salários e tempo livre (lazer, escola e aposentadoria) para poucos. Apenas a partir da Revolução de 1930, o Brasil urbano pode contar com “algumas formas de valorização do trabalho, através da regulamentação social e trabalhista no governo Vargas” (Pochmann, 2000, p. 21). A inatividade, entendida como o tempo em que não há exercício do trabalho, nem mesmo a procura por ele, implica que o inativo viva um tempo livre que pode ser utilizado de várias formas, como o ócio positivo (lazer, educação, solidariedade) ou ainda como o ócio negativo (violência, uso de drogas e do crime). Observa-se que a situação de inatividade do jovem relaciona-se diretamente à condição de renda familiar e aos programas públicos de garantia de renda.

Durante o século XX, até a década de 1930, a taxa de atividade do jovem era crescente, o que se modificou substancialmente, nas décadas de 1930 a 1970. A partir desta última década, novamente se operou uma mudança que significou o crescimento da taxa de atividade juvenil, e o Brasil encerrou o século em situação oposta às economias desenvolvidas, que têm buscado cada vez mais o alongamento da inatividade do jovem como alternativa de elevação do conhecimento e da cultura juvenil. Entre 1980 e 1998 a taxa de atividade dos jovens aumentou e a de inatividade decresceu. Nas economias desenvolvidas, entre os anos de 1980 e 1997, a taxa de inatividade cresceu, levando ao aumento da ocupação do tempo livre com a educação e ainda à elevação da taxa de escolaridade.

O Brasil tem se mostrado em situação diversa dos países de economias mais avançadas, visto que nesses países a educação tem se constituído em uma preocupação crescente e muito esforço tem sido despendido no sentido de melhora da qualidade do

ensino. Segundo Pochmann (2000), o fechamento do século XX não foi realizado com êxito no Brasil em relação à superação do analfabetismo entre os jovens, que contabiliza 22% de jovens analfabetos funcionais (menos de quatro anos de estudo), situação incômoda, pois mantém-se distante dos índices de nações de renda média, como a Argentina, o Uruguai e o México. Ainda, apenas 6 em cada 10 jovens brasileiros de 15 a 24 anos são estudantes, e apenas 13% dos jovens de idade entre 20 e 24 anos estão na universidade. O ensino superior é excessivamente restrito computando não mais que 5% do total das matrículas do sistema educacional. Além disso, o quadro é agravado pela repetência escolar, pelas precárias condições objetivas da prática escolar (infra-estrutura, professores, material didático, bibliotecas etc.). Os dados registram que a educação no Brasil configura-se como um verdadeiro funil, sendo fonte de produção e reprodução de desigualdades. Observa-se que embora tenha se industrializado, o País direcionou a escolarização para segmentos sociais restritos, provocando um agravamento das dificuldades que hoje se apresentam.

A urgência de se promover a democratização do ensino é inadiável para superar o atraso. Assim Pochmann (2000, p. 30) afirma:

O esforço de tornar a pedagogia do ensino brasileiro mais próxima do contexto de vida da juventude, sem prejuízo do conhecimento básico universal, é peça fundamental do projeto de construção de uma sociedade justa e democrática [...]. Seguindo o exemplo positivo de experiências internacionais comprovadas, o Brasil poderia superar os acidentes de percurso se combinasse a universalização e democratização com a elevação da qualidade de todo o processo educacional, impondo ao ensino médio maior diversificação curricular e funcional, e ampliando muito mais vagas no nível universitário, vinculando assim parte da trajetória escolar ao ingresso no ensino superior [...]. Tudo isso parece possível no Brasil, mas exige uma reversão nas prioridades governamentais. Além das mudanças necessárias no modelo educacional e no conteúdo da aprendizagem, é fundamental a elevação no gasto com a educação nacional. No Brasil a menor atenção dos gastos governamentais com a educação, em relação aos países ricos, termina representando ainda mais uma grande barreira ao avanço educacional e à superação das condições impostas pelas inovações técnicas e informacionais.

No entanto, cabe salientar que a educação, embora cada vez mais necessária, não se constitui em condição suficiente para o sucesso do jovem na sua trajetória de vida. A situação do jovem no mercado de trabalho é bastante desfavorável: com o excedente de mão-de-obra, as condições para competição em relação aos adultos causam-lhe acentuadas limitações, e, quase sempre, lhe são reservados os postos mais inferiores na estrutura das empresas. O rendimento médio do jovem ocupado no Brasil é de 1,7 salários mínimos (1,9 salários mínimos para os homens e 1,4 salários mínimos para as mulheres). Ainda, quase

40% desses jovens têm jornada semanal superior a 44 horas. Apesar dessa situação as taxas de desemprego³ dos jovens quase sempre são superiores às dos adultos.

As transformações econômicas ocorridas a partir de 1990, com base no novo modelo econômico, terminam por agravar as condições do jovem no mercado de trabalho brasileiro. O trabalho formal, registrado, com carteira assinada, sofreu forte reversão por conta da ruptura da sua evolução crescente desde a década de 1940 e atingiu acentuadamente o segmento jovem. Na década de 1990, a cada dez postos de trabalho, oito não são assalariados formais. O aumento crescente das ocupações autônomas implica a existência de condições precárias de trabalho, com baixos rendimentos, instabilidade ocupacional, altas jornadas de trabalho, alta rotatividade e ausência de mecanismos de proteção social e trabalhista. O destaque nos anos 90, em relação à ocupação dos jovens, foi para o trabalho por conta própria, enquanto o emprego assalariado reduziu. Em síntese, o desemprego juvenil saltou de 5,1% para 14,9% entre os anos de 1980 e 1998, e, enquanto a ocupação aumentou 16,5% nesse período, o desemprego foi multiplicado 2,9 vezes.

As perspectivas profissionais dos jovens são, portanto, bem diversas das anteriores, ganhando espaço o trabalho não subordinado. Isso implica formas de trabalho mais flexíveis, não vinculadas a hierarquias ou controles externos, e configura uma trajetória mais instável e diversas experiências profissionais acumuladas. Essas condições sinalizam para uma situação ocupacional mais fragilizada, com rendimento instável e desassistida de programas de proteção e valorização do trabalho.

A inserção ocupacional do jovem, tradicionalmente, é caracterizada pela instabilidade, mediante condições e relações de trabalho mais precárias do que as do adulto; no entanto, isso se diferencia com base nos períodos históricos. Essas condições são importantes, pois definem, em grande parte, a trajetória profissional futura do jovem, facilitando ou impedindo o seu desenvolvimento profissional. Desse modo, ao inserir-se no mercado de trabalho no momento de crescimento da economia, o jovem tem mais condições de realizar uma progressão profissional.

Hoje, assinala Pochmann (2000, p. 54),

existe uma crescente instabilidade do padrão ocupacional [do jovem] diante da baixa capacidade da economia brasileira em gerar postos de trabalho mais qualificados e em grande quantidade. Os empregos criados, além de insuficientes são, em geral precários, principalmente nos setores de serviços básicos (limpeza, segurança, garçons etc.)

O autor registra a importância da criação de uma rede pública de apoio ao jovem, com o objetivo de oferecer o suporte necessário ao seu ingresso e à sua trajetória no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que a economia nacional responda positivamente no sentido de dar condições para o desenvolvimento do País.

Considerações finais

Os apontamentos apresentados procuram apreender as relações da juventude com a escola e o mundo do trabalho, de modo a contemplar a dinâmica do processo em que as alterações na forma de acumulação do capital colocam, à sociedade, novas exigências na socialização de suas gerações mais jovens. Essas exigências refletem-se nas condições objetivas e subjetivas da vida dos jovens e nas instâncias sociais próprias à sua participação, provocando transformações da própria forma de viver a juventude, seus atributos e sua sociabilidade. Essas formas de viver a juventude não são homogêneas, uma vez que, historicamente produzidos e culturalmente diferenciados, os grupos juvenis vivem experiências distintas com base na sua inserção social.

No âmbito do debate acerca da manutenção ou da perda da centralidade do trabalho no mundo contemporâneo, essas reflexões concluem que, em especial para os jovens, a centralidade permanece, ainda que de forma transfigurada. Os estudos mostram que, diferentemente, os vários segmentos juvenis colocam o trabalho como eixo estruturante de suas vidas, quer seja como preparação (aqueles que podem dedicar-se totalmente ao estudo como forma de preparação para a inserção no mundo do trabalho) ou como conciliação (aqueles que, combinam, no cotidiano, o trabalho e a escolarização).

A dispersão, a variação dos temas e, ainda, a concepção naturalizante de juventude que permeia os estudos – características da produção na área e as causas dos seus limitados resultados – delineiam a existência de uma demanda por análises mais próximas da realidade e que mostrem maior consideração pela condição histórica de desigualdade da população. Cabe a esses estudos atentar para o agravamento da crise do capitalismo em nível mundial, que tem acentuado a polarização entre ricos e pobres. Nessa perspectiva, ao se buscar compreender a juventude, as categorias trabalho e educação adquirem importância, tanto metodológica como epistemologicamente, por se constituírem em instâncias fundamentais na configuração da vida dos jovens na atualidade.

Abstract

This essay develop the theme “young people, school and work”, looking for understand how the investigators have focus the relations between the “be young”, the school dimension and the work world. By means of the conceituals categories prescribes by some authors, objectify to show questions that request new investigations, especially those ho can elucidate the young men especific situation to face the productive reestruturation, to the informal work and the unemployment.

Keywords: young people, school, work.

Notas

1. Este texto faz parte de estudos preliminares realizados pelo grupo de professores que desenvolve o projeto de pesquisa denominado Juventude, Educação e Campo Simbólico. O projeto objetiva investigar o universo sociocultural do jovem goianiense. Teve início em agosto de 2001 e está sendo desenvolvido no Núcleo de Pesquisas em Educação (Nupe) da Universidade Católica de Goiás (UCG). Os professores envolvidos na pesquisa são: Profa. Dra. Maria Teresa Canesin (coordenadora), Profa. Dra. Elza Guedes Chaves, Profa. Ms. Adélia Araújo de S. Clímaco, Psicóloga Ms. Angela D. Baiocchi Vasconcelos, Profa. Ms. Edna Mendonça O. de Queiroz, Profa. Ms. Iolani Vasconcelos, Prof. Ms. Romilson Martins Siqueira, Mestranda Maria do Carmo Canto Martins.
2. Os elementos presentes na totalidade das relações sociais de produção expressam a tensão que as constitui, comprovando que não há como desconsiderar as contradições objetivas que envolvem o sujeito e sua subjetividade. As forças essenciais formadas dos aspectos singulares observados sua personalidade do homem que contribuem para configurar uma organização psíquica com base em desejos, impulsos emocionais e tendências variam de indivíduo para indivíduo e interagem continuamente com a totalidade social em que se desenvolvem esses indivíduos.
3. Nesse sentido, Pochmann (2000, p. 32) alerta para a imprecisão conceitual referente à metodologia estatística utilizada, que parte da realidade de economias com mercado de trabalho mais estruturado e menos flexível do que o brasileiro. Nessa metodologia, entende-se por desemprego aberto a “condição de desemprego com procura freqüente de trabalho e sem exercício de atividade laboral por período superior a uma hora durante a semana de referência da pesquisa”. Assim, aqueles que não tenham procurado trabalho naquela semana são considerados inativos ou desocupados, assim como os trabalhadores que se mantiveram ocupados por pelo menos uma hora durante a semana ou mesmo os que trabalham por conta própria. Desse modo, apesar de os registros oficiais apontarem taxa de desemprego relativamente baixas, a realidade revela condições de trabalho extremamente precárias, especialmente em relação ao primeiro emprego.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: PERALVA, A.; SPOSITO, M. P. (Org.). *Juventude e contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação*, Anped, São Paulo, n. 5/6, p. 25-36, 1997.
- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ARROYO, M. Revendo os vínculos entre trabalho e educação. Elementos materiais da formação humana. In: SILVA, T. T. *Trabalho, educação e prática social*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- BOURDIEU, P. A “juventude” é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.

CORROCONO, M. C.; NAKANO, M. Jovens, mundo do trabalho e escola. In: SPOSITO, M. P. (Coord.). *Estado do conhecimento: juventude e escolarização*. São Paulo: Ação Educativa, 2000. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org>>. Acesso em: 9 mar. 2000.

DAYRELL, J. T. Juventude, grupos de estilo e identidade. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 30, p. 25-38, dez. 1999.

DAUSTER, T. Uma infância de curta duração: trabalho e escola. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 82, p. 31-36, ago. 1992.

ERIKSON, E. *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

EISENSTADT, S. N. *De geração a geração*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

FERRETI, C. (Org.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1994.

FERRETI, C.; MADEIRA, F. Educação/trabalho: reinventando o passado? *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 80, p. 75-80, 1992.

FORACCHI, M. M. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972.

FRANCO, M. L. B. Possibilidades e limites do trabalho enquanto princípio educativo. In: FRANCO, M. L. B.; ZIBAS. (Org.). *Final do século: desafios da educação na América Latina*. São Paulo: Cortez/Clacso-Reduc, 1990.

FRANCO, M. L. B.; DURIGAN, M. I. O aluno de cursos profissionalizantes a nível de 2º grau: um retrato sem retoques. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 48, p. 46-56, 1984.

FRIGOTTO, G. *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. São Paulo: Cortez, 1984.

FRIGOTTO, G.; MINAYO, G.; ARRUDA, M. *Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez, 1987.

_____. Trabalho, educação e tecnologia: treinamento polivalente ou formação politécnica? In: SILVA, T. T. (Org.). *Trabalho, educação e prática social: por uma teoria da formação humana*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

GOUVEIA, A. J. O trabalho do menor: necessidade transformada em virtude. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 42, p. 55-62, 1983.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1994.

IANNI, O. O mundo do trabalho. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 8. n. 1, p. 2-12, jan./mar. 1994.

KUENZER, A. *A pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez, 1986.

_____. *Educação e trabalho no Brasil – o estado da questão*. Brasília: Inep, 1987.

_____. *Ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo*. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho–educação e o papel social da escola. In: KUENZER, A. *Educação e trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: Vozes, 1998.

MAFRA, L. A.; CAVALCANTI, E. C. (Org.). *O ensino médio no Brasil: da ruptura do privilégio à conquista do direito*. Brasília: Inep, 1992.

MANNHEIM, K. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITTO, S. (Org.). *Sociologia da juventude: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. v. 1.

MARTINS, H. H. T. de S. O jovem no mercado de trabalho. In: PERALVA, A. T.; SPOSITO, M. P. (Org.). *Juventude e contemporaneidade*. *Revista Brasileira de Educação*, Anped, São Paulo, n. 5/6, p. 96-109, 1997.

POCHMANN, M. Emprego e desemprego juvenil no Brasil: as transformações nos anos 90. In: *Desemprego juvenil no Brasil: em busca de opções à luz de experiências internacionais*. Brasília: OIT, 1999.

_____. *A batalha do primeiro emprego*. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

POSTER, M. *Teoria crítica da família*. São Paulo: Zahar, 1979.

ROMERO, C. C. *Implicações das novas tecnologias no setor terciário: articulando a formação humanista com a formação tecnológica*. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1993.

SALM, C. *Escola e trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SAVIANI, D. *Sobre a concepção de politecnicidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1989.

SPOSITO, M. P. Estudos sobre juventude em educação. In: PERALVA A.; SPOSITO, M. P. (Org.). *Juventude e contemporaneidade*. *Revista Brasileira de Educação*, Anped, São Paulo, n. 5/6, p. 37-52, 1997.

_____. (Coord.). *Estado do conhecimento: juventude e escolarização*. São Paulo: Ação Educativa, 2000. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org>>. Acesso em: 9 mar. 2000.

TREIN, E. Entrevista. *Trabalho & Educação*, FAE/UFMG, n. 0, 1996.

ZALUAR, A. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.